

CONSELHO DE CLASSE: UMA ANÁLISE DAS FORMAS BUROCRÁTICO-PRODUTIVISTAS. ARTICULANDO NOVAS EXPERIÊNCIAS PELO/NO CAMPO DO PENSAR/APRENDER.

André Antunes Martins - UFF (Brasil) andreantunesmartins@id.uff.br

RESUMO AMPLIADO

Propomos uma análise breve e crítica da literatura sobre os conselhos de classe, assim como, uma análise das experiências que se colocam no campo da ruptura do modelo burocrático/disciplinar/gerencial. Como linha importante de ruptura, desenvolvemos o conceito de aprendizagem pela perspectiva do encontro, desejando afirmar, em conversa com as experiências, que a *implosão* do conselho de classe pode ser uma boa alternativa na elaboração de um espaço/tempo deliberativo transformado.

É inegável a influência platônica na modernidade educacional e pedagógica pelo conceito de reconhecimento. Tal conceito designa o ensinar como guia para alcançar as ideias *perfeitas*. Pela reconhecimento, ensinar/aprender é lembrar, adquirir ou tomar posse de um saber já existente, um saber que pode ser verificado e quantificado pelas avaliações métricas, homogeneizadoras e controladoras das aprendizagens (Gallo, 2012).

A dissolução do ensinar/aprender se caracteriza pelo entendimento de que numa relação entre docentes/educadores, estudantes e comunidades há aprendizagens. O correlativo de pensar não seria o ensinar, mas o aprender (Tadeu, 2002). Na pedagogia da diferença o pensar seria o momento do encontro com o outro pensamento. Nesse processo, aprender não seria imitação, assimilação ou identificação, mas uma composição dos pontos singulares com os signos dos conteúdos, de certa forma, nos motivando a pensar “(...) *o ainda não pensado, o impensável, o intempestivo, o extemporâneo*” (p.50).

Citando Deleuze, Tomaz Tadeu (2004) afirma que os nossos mestres são aqueles que dizem – façam comigo, eles emitem signos a serem desenvolvidos no heterogêneo pelas multiplicidades/singularidades, ao invés de proporem gestos para serem reproduzidos (p.184). Ora, esse entendimento pode nos fazer refletir sobre os processos predominantes no conselho de classe, como instância que vem sendo o lugar do *dedo em*

riste apontado para estudantes e comunidades, culpabilizando-os por meio da ideia de fracasso.

Em estudo realizado por Carmem Mattos (2005), há uma contribuição significativa na compreensão crítica de determinadas práticas consolidadas nos conselhos de classe, as quais acabam reforçando o fracasso e a exclusão. Esses lugares são descritos como instâncias cuja avaliação está centrada no aluno e nos conteúdos, no comportamento/disciplina, na medicalização/psicologização, na individualização meritocrática, nos vaticínios pela origem cultural/social popular e periférica e num suposto inatismo justificador da não aprendizagem.

Ilustram essa afirmação expressões do tipo: ‘ele não aprende’, ‘ele não consegue aprender’, ‘ele tem um bloqueio’ ela não tem mesmo jeito, ela não aprende nada’ (...) ‘ele tem um QI de ameba’ (Mattos, 2005, p.219).

Compondo esse cenário indesejado, também recorremos a Dalben (2014) para descrever em detalhes a forma burocrático-tradicional dos conselhos de classe, destacando uma rotina institucional mecanizada, esvaziada de sentidos e afetos.

Cada professor trazia o seu resultado numérico registrado nos ‘diários de classe’ e os especialistas, orientador ou supervisor pedagógicos, que se incumbiam da coordenação dos trabalhos traziam para a reunião os gráficos e tabelas organizados previamente, segundo esses resultados já fornecidos. O processo transcorria numa interação frágil, com diálogos frios e vazios de conteúdos pedagógicos (...). O professor participava dos trabalhos apresentando os seus resultados e fechava-se no seu ponto de vista, não se predispondo a estabelecer uma discussão sobre os mesmos ou sobre os critérios utilizados na definição das notas, dos conteúdos selecionados, das metodologias, das atividades ou dos procedimentos de ensino que os forneceram. A avaliação escolar apresentava-se presa a medida de rendimento e a discussão centrava-se na figura do aluno como portador de problema, que geralmente recaíam na ‘falta de estudo’, ‘falta de disciplina’ e ‘falta de interesse’ pelas atividades escolares (Dalben, 2014, p.7)

O conselho de classe não fazia mais do que confirmar o veredicto dos resultados/rendimentos manifestos nas notas, uma rotina muito distante daquilo que poderíamos considerar como um encontro/acontecimento do/pelo pensar/aprender Os

movimentos em defesa da educação pública dos anos 1980, enfrentando não somente as permanências organizativas e de gestão burocrático-tradicional, mas, também, as *novidades* da gestão gerencial/produtivista, disputam uma concepção de educação pelo entendimento de que a participação social e político-pedagógica ampliada e plural é quem configura e dá sentido à qualidade escolar.

Não é difícil encontrar iniciativas contemporâneas que visam transformar esses colegiados. Pelo aspecto da participação ampliada, Miranda e Sá (2017) apresentam um estudo sobre o conselho de classe e série participativo (CCSP). Em análise documental, eles constataram que os decretos que normatizavam os conselhos de classe na rede pública estadual de São Paulo não previam a participação ampliada dos diferentes segmentos.

A iniciativa de transformação desses colegiados pelo CCSP propôs a inclusão de estudantes e depois os responsáveis/comunidade. Logo, concluem que o modelo resultado/nota/desempenho continuava, mesmo nuançado por aquele momento ampliado importante de possibilidade de conhecer e questionar os motivos/causas dos resultados.

Vale a menção de outro estudo, neste caso, sobre a cultura do trabalho pedagógico no contexto do conselho de classe. A autora (Nadal, 2012) menciona os encaminhamentos normativos da secretaria de educação do estado do Paraná, nos idos dos anos 2000, no incremento da gestão democrática. A proposta designava dois momentos: um *pré-conselho*, com a participação de todos os estudantes da classe, tendo a coordenação de um pedagogo ou professor representante; e um *conselho de classe integrado*, tendo a participação de diretores, pedagogos, professores e, facultativamente, pais e estudantes, por turma e/ou série.

A proposta concebia o conselho de classe como lugar para uma autoavaliação institucional da escola, reorganização dos planos de trabalho, alteração da organização escolar etc. No entanto, a cultura escolar do conselho de classe designava uma continuidade de práticas tradicionais/ técnico-burocráticas, tendo a avaliação classificatória dos estudantes como momento exclusivo do processo, ignorando as possibilidades de reflexão sobre as práticas pedagógico/institucionais.

Avalia-se, por meio desses estudos, que os enfrentamentos requerem mudanças articuladas, duradouras, agudas e focadas nas concepções e práticas que ainda animam as

organizações e gestões das redes educacionais/escolares. Como: incentivar conselhos de classes ampliados e com mais regularidade durante o ano, tendo a participação ativa de estudantes/responsáveis/comunidade. Portanto, considerar e valorizar os encontros democráticos designados pelas disputas de sentidos e traduções manifestas pelas/nas atividades avaliativas, curriculares/pedagógicas e de aprendizagens; conceber o conselho de classe como lugar das avaliações dos processos institucionais curriculares/pedagógicos e das singularidades, não por uma avaliação individualizante e pautada por critérios de rendimento/performance dos estudantes; compor metodologias, projetos, reagrupamentos (promotores de rupturas ao padrão idade/série/conteúdo e *nível* de conhecimento), dinâmicas inter/transdisciplinares de aprendizagens pelos/nos sentidos/problematizações comunitários compartilhados nos conselhos, como em outros lugares/tempos, logo, aprendizagens de conteúdos sistematizados significados pelos fluxos de vida popular, transformados constante e mutuamente; e produção/seleção de textos/imagens, áudios, livros didáticos e paradidáticos derivados dos sentidos expressos pelo/no encontro coletivo.

Referências:

DALBEN, Ângela. **O papel dos conselhos de classe no processo avaliativo**. Disponível em: <http://www.educacaotiete.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/O-papel-do-Conselho-de-Classe-no-processo-avaliativo.pdf> Acesso em: 05 de abril de 2022.

GALLO, Silvio. **As múltiplas dimensões do aprender**. Congresso de Educação Básica: aprendizagem e currículo – COEB, 2012. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/13_02_2012_10.54.50.a0ac3b8a140676ef8ae0dbf32e662762.pdf> Acesso em: 20 de agosto de 2020.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. **O conselho de classe e a construção do fracasso escolar**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, v.2, p.215-228, maio/ago. 2005. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2010/conselho_classe_construcao_fracasso_escolar.pdf Acesso em: 20 de março de 2022.

MIRANDA, Nonato Assis de; SÁ, Ivo Ribeiro de. Conselho de classe e avaliação da aprendizagem: instrumentos de gestão democrática na escola pública. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 16, 2017. DOI: 10.22633/rpge.v0i16.9360. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9360>. Acesso em: 20 jan. 2022.

NADAL, Beatriz Gomes. **Cultura escola e conselho de classe. Gestão democrática do trabalho pedagógico.** Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 199-225, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/894/89423377011.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2022.

TADEU, Tomaz. **A arte do encontro e da composição:** Spinoza + Currículo + Deleuze. In: Dossiê Gilles Deleuze. Revista Educação e Sociedade. Porto Alegre, v.27, n.2, jul/dez, 2002, p.47-57.

TADEU, Tomaz (e outros). **Linhas de escrita.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.